

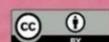
Perfil de agressores(as) sexuais infantis e seus contextos: uma revisão de escopo

Profile of child sex offenders and their contexts: a scoping review

Perfil de los agresores sexuales infantiles y sus contextos: una revisión del alcance

FABIANE OLIVIA ARDENGHI, MÁRIO ANTONIO SANCHES

ISSN 1645-4774 | e-ISSN 2183-038X
<https://www.eduser.ipb.pt>



Perfil de agressores(as) sexuais infantis e seus contextos: uma revisão de escopo**Profile of child sex offenders and their contexts: a scoping review**

Perfil de los agresores sexuales infantiles y sus contextos: una revisión del alcance

FABIANE OLIVIA ARDENGHI¹**MÁRIO ANTONIO SANCHES²**¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Curitiba; Brasil; <https://orcid.org/0009-0003-2564-956X>;

lumi.ardenghi@gmail.com

² Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Curitiba; Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-5794-2272>;

m.sanches@pucpr.br

Contribuição¹ Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Redação - Rascunho Original; Redação - Revisão e Edição.² Supervisão; Responsável pelos domínios metodológicos e escritos; Escrita - Revisão e Edição.**Submetido:** 06/novembro/2024**Aceite:** 25/setembro/2025**Publicado:** 04/dezembro/2025**RESUMO:**

A infância é um período vulnerável, protegido por legislações internacionais, como a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que afirma a necessidade de proteção contra negligência e exploração. O conceito de infância, entretanto, varia entre culturas, influenciando as experiências das crianças. Esta revisão de escopo tem como objetivo mapear o perfil de agressores sexuais infantis em diferentes contextos sociais e culturais. A metodologia seguiu as diretrizes do Joanna Briggs Institute (JBI), revisando 25 estudos de 13 países, utilizando 4 bases de dados: MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS e Web of Science. Os resultados foram coletados e analisados em 3 grandes categorias: (1) Características pessoais do agressor; (2) O ato do abuso; (3) Contextos do agressor. Neste artigo analisaremos somente a categoria relacionada ao Contexto do agressor: Contextos e antecedentes familiares; Contextos educacionais e socioeconômicos; Contextos culturais e Contextos religiosos. Os resultados apontam que muitos agressores compartilham históricos de abuso e negligência na infância, associados a ambientes familiares disfuncionais. No aspecto educacional, a maioria dos agressores apresenta baixa escolaridade, embora haja exceções, como aqueles em posições de autoridade. Os elementos culturais, especialmente os tabus sexuais e estereótipos de gênero, desempenham um papel significativo na perpetuação do abuso, assim como distorções religiosas. As conclusões demonstram que a prevenção do abuso infantil deve considerar múltiplos fatores, desde a educação até o suporte familiar, passando pela cultura e religião. Reforça-se que uma abordagem abrangente e interdisciplinar é fundamental para o enfrentamento da violência sexual infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual infantil; bioética; contextos sociais; perfil do agressor(a).

ABSTRACT:

Childhood is a vulnerable period, protected by international legislation such as the Declaration of the Rights of the Child (UN, 1959), which affirms the need for protection from neglect and exploitation. The concept of childhood, however, varies between cultures, influencing children's experiences. This scoping review aims to map the profile of child sex offenders in different social and cultural contexts. The methodology followed the guidelines of the Joanna Briggs Institute (JBI), reviewing 25 studies from 13 countries, using 4 databases: MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS and Web of Science. The results were collected and analyzed in 3 broad categories: (1) personal characteristics of the aggressor; (2) the act of abuse; (3) contexts of the aggressor. In this article we will analyze only the category related to the context of the aggressor: Family contexts and background; Educational and socioeconomic contexts; Cultural contexts and Religious contexts. The results show that many aggressors share a history of childhood abuse and neglect, associated with dysfunctional family environments. In terms of education, the majority of aggressors have little schooling, although there are exceptions, such as those in positions of authority. Cultural elements, especially sexual taboos and gender stereotypes, play a significant role in perpetuating abuse, as do religious distortions. The conclusions show that the prevention of child abuse must consider multiple factors, from education to family support, including culture and religion. It is reinforced that a comprehensive and interdisciplinary approach is fundamental to tackling child sexual violence.

KEYWORDS: Child sexual abuse; bioethics; social contexts; perpetrator profile.

RESUMEN:

La infancia es un período vulnerable, protegido por la legislación internacional, como la Declaración de los Derechos del Niño (ONU, 1959), que afirma la necesidad de protección contra la negligencia y la explotación. Sin embargo, el concepto de infancia varía de una cultura a otra, lo que influye en las experiencias de los niños. El objetivo de la revisión del alcance es trazar el perfil de los agresores sexuales infantiles en diferentes contextos sociales y culturales. La metodología siguió las directrices del Instituto Joanna Briggs (JBI), revisando 25 estudios de 13 países, utilizando 4 bases de datos: MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS y Web of Science. Los resultados fueron recogidos y analizados en 3 grandes categorías: (1) características personales del agresor; (2) el acto de abuso; (3) contextos del agresor. En este artículo sólo analizaremos la categoría relacionada con el contexto del agresor: Contextos y antecedentes familiares; Contextos educativos y socioeconómicos; Contextos culturales y Contextos religiosos. Los resultados muestran que muchos agresores comparten una historia de abuso y negligencia en la infancia, asociada a entornos familiares disfuncionales. En cuanto a la educación, la mayoría de los agresores tienen bajos niveles de escolarización, aunque hay excepciones, como los que ocupan puestos de autoridad. Los elementos culturales, especialmente los tabúes sexuales y los estereotipos de género, desempeñan un papel importante en la perpetuación de los malos tratos, al igual que las distorsiones religiosas. Las conclusiones muestran que la prevención del maltrato infantil debe tener en cuenta múltiples factores, desde la educación al apoyo familiar, pasando por la cultura y la religión. Se subraya que un enfoque global e interdisciplinario es fundamental para hacer frente a la violencia sexual infantil.

PALABRAS CLAVE: Abuso sexual infantil; bioética; contextos sociales; perfil del agresor.

1. Introdução

A infância representa um campo de extrema importância para pesquisas voltadas à prevenção, educação e à possibilidade de moldar o futuro, conforme ressaltado na Declaração dos

Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959 e posteriormente ratificada pelo Brasil. Entre os princípios destacados, está o Princípio 2º, que afirma que as crianças devem receber proteção social e contar com oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições adequadas de liberdade e dignidade. Já o Princípio 9º reforça a necessidade de proteção contra qualquer forma de negligência, crueldade e exploração, proibindo o tráfico infantil e o envolvimento de crianças em atividades que comprometam sua saúde ou educação (Declaração dos Direitos da Criança, 1959).

Ainda que a infância seja juridicamente definida e protegida por legislações nacionais e internacionais, o conceito de infância varia de acordo com o contexto cultural. De acordo com Sarmento (2004), as culturas da infância são moldadas social e historicamente, influenciadas por fatores como classe social, gênero, etnia, religião e nacionalidade. Como resultado, as experiências das crianças podem ser amplamente diversificadas, evidenciando a existência de diferentes formas de vivenciar a infância. Além disso, Sarmento ressalta que essa cultura não é estática, mas sim sujeita a mudanças e influências mútuas ao longo do tempo. Dessa forma, compreender essa diversidade é fundamental para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que atendam às diversas necessidades das crianças em distintos contextos socioculturais.

Segundo a teoria ecológica de Bronfenbrenner (1996) o desenvolvimento de uma pessoa depende da rede de relações em que se encontra, o ambiente ecológico em que se vive não é neutro, mas condiciona a pessoa, principalmente no período evolutivo, de forma positiva ou negativa. Esta visão concebe o ambiente ecológico como um conjunto de estruturas seriadas e organizadas em diferentes níveis e cada um deles pode integrar os demais e classificar essas estruturas que estão concentricamente em torno do sujeito. Este modelo vem sendo utilizado para explicar o fenômeno da violência, propondo-a como resultado da interação complexa de fatores existentes em quatro diferentes níveis: individual, relacional, comunitário e social. Assim, além das características pessoais (biológicas, históricas), estão envolvidas as relações sociais próximas (familiares) e os contextos comunitários nos quais estas relações acontecem (escolas, vizinhança). Em um nível mais amplo e que abrange os demais, está a sociedade, com suas características culturais, tabus e normas, além das políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais vigentes (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Em todos os níveis existem fatores de vulnerabilidade, de risco e de proteção interagindo para a ocorrência da violência contra crianças e adolescentes. Ao explorar a relação entre fatores individuais e contextuais, o modelo ecológico desafia-nos a ampliar a visão no momento da elaboração de ações preventivas que incluem o indivíduo, a família, a escola, o grupo de pares e as estruturas sociais/comunitárias que envolvem o sujeito/contexto que enfrentam situações relacionadas à violência. David Finkelhor (2019), com uma abordagem similar, defende uma perspectiva preventiva integrada para o abuso sexual infantil, que equilibra fatores de risco e proteção em todos os níveis.

Estudos e pesquisas em nível internacional afirmam que a violência ligada à infância (física, psicológica, sexual, institucional, negligência e abandono) é um severo problema social e de saúde pública mundial que influencia no desenvolvimento em diferentes níveis, ao alterar elementos biológicos, cognitivos, psicossociais e de comportamento (Hershkowitz, 2014; Levenson et al., 2015, 2016; Seto et al., 2015; Teixeira et al., 2020). A violência sexual contra crianças e adolescentes é particularmente cruel, pois provoca danos profundos e variados tanto na saúde física quanto mental das vítimas. Esse tipo de violência pode gerar repercussões negativas no desenvolvimento psicossocial, que, embora possam não deixar marcas físicas visíveis, resultam em traumas que podem durar por toda a vida (Custódio & Lima, 2023).

O impacto do abuso sexual na infância varia conforme a pessoa, afetando o desenvolvimento emocional, social e mental, de acordo com fatores como vulnerabilidade, resiliência, e recursos

disponíveis (Habigzang et al., 2005). Crianças são especialmente vulneráveis devido à sua dependência natural e à exclusão de sua voz na sociedade, o que dificulta que suas denúncias sejam levadas a sério, perpetuando uma cultura de silêncio e revitimização (Filla Rosaneli et al., 2022). A Bioética da Proteção, ao focar na justiça e equidade, enfatiza a importância de proteger crianças vulneráveis, fornecendo recursos e apoio para garantir um ambiente seguro. Isso envolve tanto medidas preventivas quanto punições adequadas para agressores, além de políticas que promovam a conscientização sobre os direitos das crianças e previnam abusos sexuais. A Bioética da Proteção, portanto, propõe uma abordagem que une justiça, prevenção e educação para enfrentar de forma eficaz os abusos sexuais infantis (Rodrigues & Schramm, 2022; Schramm, 2008).

A violência é um problema global que afeta gravemente crianças e adolescentes, com quase metade das crianças entre 2 e 17 anos sofrendo algum tipo de violência e cerca de 300 milhões de crianças entre 2 e 4 anos sendo vítimas de violência de seus próprios cuidadores (Word Health Organization, 2020).

Estatísticas alarmantes revelam que uma em cada duas crianças entre 2 e 17 anos sofre violência anualmente, 300 milhões de crianças entre 2 e 4 anos são punidas violentamente por cuidadores, 120 milhões de meninas sofreram abuso sexual antes dos 20 anos, e uma em cada três crianças enfrenta violência emocional. A pandemia de coronavírus piorou esses números, afetando 1,5 bilhão de estudantes e aumentando o estresse familiar. As consequências incluem maiores riscos de transtornos mentais e comportamentos perigosos, além de impactos sociais negativos como baixo desempenho escolar e maior delinquência. Os custos econômicos do abuso infantil são significativos, estimados em 428 milhões de dólares nos EUA (Estados Unidos da América) e representando 1,4% a 2,5% do PIB no Leste Asiático e Pacífico. Embora 80% dos países da ONU (Organização das Nações Unidas) tenham planos nacionais de prevenção, apenas 20% são totalmente financiados; 88% têm leis contra a violência infantil, 79% proíbem castigo corporal e 64% regulam armas nas escolas, mas apenas 47% acreditam na punição dos infratores. O relatório conclui que são necessárias ações urgentes e radicais para alcançar a meta de erradicar a violência infantil até 2030, reconhecendo que, apesar de programas de prevenção e apoio, os esforços precisam ser intensificados (Word Health Organization, 2020).

Para assegurar a concretização dos direitos das crianças conforme estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.2 de erradicar a violência contra as crianças até 2030: “Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças” (ONU, 2018, p. 36), é essencial uma resposta eficaz do sistema. Os governos nacionais possuem a responsabilidade principal de garantir o respeito aos direitos das crianças e fornecer os recursos necessários para tal. A implementação e aplicação de leis que criminalizem o abuso e a exploração sexual infantil, além de assegurar a segurança dos ambientes frequentados por crianças, são medidas necessárias.

A violência contra crianças e adolescentes no Brasil aumentou nos últimos anos, conforme o Atlas da Violência de 2024. Entre 2021 e 2022, a violência não letal cresceu, com variações conforme a faixa etária e o sexo das vítimas. A residência é o principal local de ocorrência, destacando a violência familiar. Negligência prevaleceu entre infantes (61,7%), violência psicológica entre crianças (53,5%), violência sexual também entre crianças (65,1%) e violência física entre adolescentes (59,3%). Mulheres foram 60,1% das vítimas, predominando nas violências física, psicológica e sexual, enquanto meninos foram os principais alvos de negligência (53,3%) (Cerdeira & Bueno, 2024).

Abarcados neste universo tão dramático da violência sexual infantil se colocam estudos que buscam identificar e classificar os agressores sexuais infantis.

É importante destacar que atos violentos são influenciados por fatores históricos e culturais (Minayo, 2006). As formas e manifestações dessas práticas mudam ao longo do tempo, o que ressalta a necessidade de estudos e pesquisas contínuas para garantir a atualização e o desenvolvimento de novas abordagens tanto para o atendimento às crianças vítimas de abuso sexual quanto para o trabalho com os agressores.

Na ocorrência de um abuso sexual infantil identificamos facilmente como sujeito de direitos a criança vitimada, mas não podemos ignorar que o agressor também é um sujeito de direito, e mesmo tendo cometido um crime perante a lei e a sociedade merece um procedimento penal que respeite os direitos humanos e lhe seja ofertada possibilidade de tratamento psicosocial adequado.

E a atitude da Bioética diante dos conflitos morais e neste caso, diante dos responsáveis por uma agressão sexual infantil, não é a de estigmatizar ou etiquetar essas pessoas, mas procurar entender as motivações e os contextos que levam ao comportamento abusivo, sem jamais justificar o ato em si, buscando formas de prevenção e reabilitação baseadas em uma compreensão profunda e justificada das causas.

De acordo com especialistas, os agressores sexuais de crianças e adolescentes são divididos em duas principais categorias: pedófilos e molestadores. Ambos têm alguma forma de vantagem, geralmente possuem fácil acesso e ocupam um nível hierárquico e de desenvolvimento superior ao da vítima. Em muitos casos, o agressor é alguém próximo, como um parente ou amigo íntimo da família, seja adulto ou adolescente, com uma diferença de pelo menos cinco anos em relação à idade da vítima (Libório & Castro, 2010).

É necessário notar que o molestador sexual nem sempre manifesta um interesse forte e contínuo por crianças, ao contrário do pedófilo. Além disso, o molestador não envolve a criança ou adolescente em atividades de exploração sexual comercial, distinguindo-se assim do aliciador que tem esse papel de induzir e seduzir menores para cometem diversos crimes (Libório & Castro, 2010). Geralmente, os molestadores têm motivações diversas para seus crimes, como disponibilidade, oportunidade e curiosidade. Suas motivações originam-se, em grande parte, de distúrbios formais da preferência sexual, diferenciando-os dos pedófilos (Serafim et al., 2009).

Serafim et al. (2009) classificam os pedófilos em pedófilos abusadores e pedófilos molestadores. O pedófilo abusador é geralmente uma pessoa imatura que, em algum momento da vida, descobre que pode obter satisfação sexual com crianças. Geralmente solitário, esse tipo de pedófilo se envolve em comportamentos menos invasivos, como carícias discretas, e evita a violência, o que torna difícil perceber o abuso. Eles têm propensão a se envolver com pornografia infantil, seja *online* ou através de fotos diferentes de molestadores. O pedófilo molestador se destaca por um padrão de comportamento invasivo, frequentemente recorrendo à violência. Esse tipo pode ser subdividido em molestadores situacionais e preferenciais, caracterizando-se por comportamento agressivo.

É importante destacar a diferença entre abusador sexual e pedófilo, ressaltando que nem todo abusador sexual de crianças é necessariamente um pedófilo. Não se deve categoricamente rotular como pedófilos as pessoas condenadas ou mesmo acusadas de crimes sexuais contra crianças, embora a terminologia não científica comumente utilize esse termo para se referir a todas as pessoas acusadas de tais crimes.

Resumimos na Tabela 1 algumas possíveis diferenças entre abusadores sexuais, molestadores e pedófilos encontrados em alguns autores citados acima.

Tabela 1

Diferença entre abusador sexual, molestador sexual e pedófilo.

Categoria	Definição	Motivações	Características Principais	Exemplos de
-----------	-----------	------------	----------------------------	-------------

Comportamento				
Abusador Sexual	Pessoa que comete atos de abuso sexual contra crianças e adolescentes.	Oportunidade, poder, controle ou outros fatores não necessariamente relacionados a preferências sexuais específicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Inclui qualquer forma de abuso sexual. - Não implica, necessariamente, atração sexual por crianças. - Comportamentos variados. 	Toques inadequados, relações expostas ou atos de violência sexual.
Molestador sexual	Subgrupo de abusadores que apresentam comportamentos de abuso sexual, mas sem interesse sexual contínuo por crianças.	Disponibilidade, curiosidade, oportunidade, e, em alguns casos, distúrbios formais de preferência sexual	<ul style="list-style-type: none"> - Motivação mais situacional. - Geralmente não apresenta atração sexual intensa por crianças. - Não se envolve em exploração sexual comercial 	Toques inapropriados ou comportamentos impulsivos relacionados à oportunidade.
Pedófilo	Pessoa com atração sexual persistente e intensa por crianças pré-púberes.	Distúrbio formal da preferência sexual, geralmente relacionado à fixação sexual por crianças pré-púberes.	<ul style="list-style-type: none"> Dividido em tipos (pedófilo abusador e pedófilo molestador). - Pode ou não recorrer à violência. - Propensão à pornografia infantil. - Comportamentos planejados. 	Visualização de pornografia infantil, manipulação de crianças, atos invasivos

Fonte: Os Autores.

Em síntese, o que estamos tratando aqui são de agressores sexuais, independentemente das motivações ou se estes indivíduos podem ou não ser caracterizados como pedófilos, molestadores, agressores ou aliciadores. Estamos falando de pessoas que ao molestar, agredir ou abusar, causaram desconforto, incômodo ou perturbação em alguém, e que em suas atitudes tenham agido com ou sem ataques e agressões.

Uma distinção comum no contexto de agressores sexuais de crianças está relacionada à natureza da relação entre o agressor e a criança, resultando em duas categorias: abusador sexual intrafamiliar e abusador sexual extrafamiliar. O abuso sexual intrafamiliar ocorre quando o agressor é parte da família da criança, enquanto o abuso sexual extrafamiliar refere-se a situações em que a criança não faz parte da família do agressor. Essa tipologia é considerada útil para abordar a diversidade de situações no contexto do abuso sexual infantil.

Essa revisão de escopo visa mapear o perfil dos abusadores sexuais infantis em diferentes contextos sociais e países. Esse mapeamento pode auxiliar na elaboração de políticas públicas eficazes no combate à violência sexual infantil, promovendo a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Diante disso, surgem questões como: de que forma os perfis dos abusadores são influenciados por contextos sociais específicos? Existem características exclusivas nesses perfis? E quais elementos se repetem em diferentes contextos?

2. Metodologia

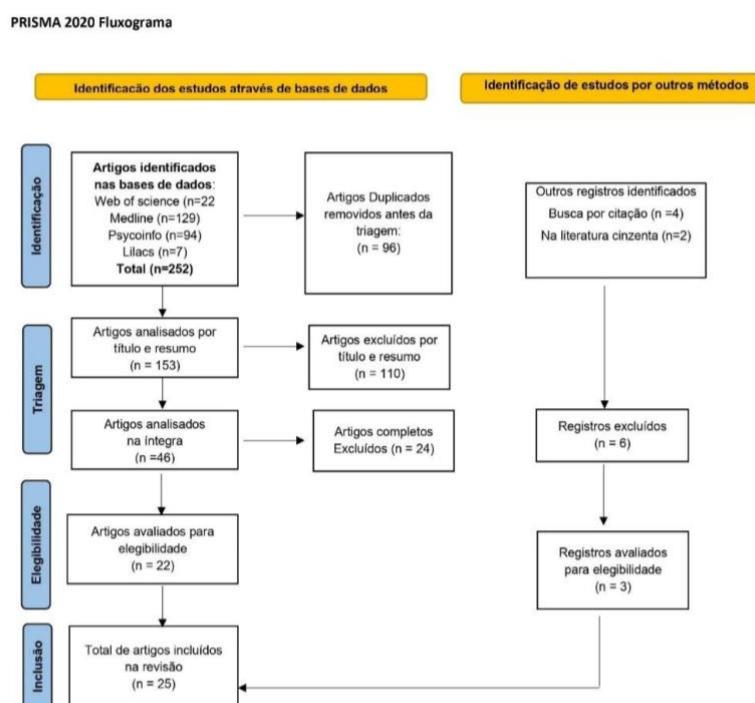
Foi realizada uma revisão de escopo seguindo as diretrizes do Joanna Briggs Institute (JBI), que compreendem: formulação da questão, identificação e seleção dos estudos, extração e análise dos dados, além do relato dos resultados (Tricco et al., 2018). O protocolo de pesquisa foi registrado na Open Science Framework (OSF) sob o DOI 10.17605/OSF.IO/MQJT8. A pergunta central foi construída utilizando a estratégia PCC (População, Conceito e Contexto): "No contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes, quais são os perfis dos agressores sexuais infantis?"

A pesquisa iniciou-se com a definição dos descritores, utilizando os vocabulários estruturados MeSH e DeCS, resultando nos seguintes termos: Abuso Sexual na Infância, Delitos Sexuais, Meio Social e Pedofilia. As buscas foram realizadas nas bases MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS e Web of Science, com os seguintes termos: "child sexual abuse" e "sex offenders"; "sex offenders" e "social environment"; pedophiles e "sex offenders".

Os critérios de elegibilidade incluíram estudos publicados entre 2014 e 2023, sem restrição de idioma, sobre adultos abusadores sexuais de crianças e adolescentes. Foram considerados estudos de qualquer região sobre violência sexual contra crianças.

A pré-seleção dos estudos foi realizada por dois revisores independentes, com análise inicial de títulos e resumos, excluindo-se duplicatas e aqueles que não atendiam ao objetivo. A busca inicial resultou em 252 artigos, sendo 96 duplicados eliminados. Dos 156 estudos restantes, 110 foram excluídos por não atenderem aos critérios. Após leitura completa dos 46 artigos restantes, 24 foram excluídos por não responderem à questão da pesquisa, resultando em 22 artigos selecionados. Três artigos adicionais foram incluídos a partir das referências, totalizando 25 estudos. As divergências foram resolvidas por consenso, e o processo foi descrito conforme o fluxograma PRISMA (Figura 1).

Figura 1
Fluxograma PRISMA.



Traduzido por: Verónica Abreu*, Sónia Gonçalves-Lopes*, José Luís Sousa* e Verónica Oliveira / *ESS Jean Piaget - Vila Nova de Gaia - Portugal
de: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

Fonte: Os Autores.

3. Resultados

A presente revisão de escopo incorporou 25 estudos de 13 países diferentes. Os países que mais contribuíram com artigos foram: Estados Unidos (7 artigos), Brasil (4 artigos), Israel (3 artigos), Bélgica (2 artigos). Os demais países (África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Coreia, Croácia, Portugal e Suíça) contribuíram com apenas 1 artigo cada. Quanto à distribuição por continente, 48% dos estudos foram realizados nas Américas (32% na América do Norte e 16% na América do Sul), 24% na Europa, 20% na Ásia, e 4% na África e Oceania, respectivamente. Em relação ao idioma, 84% das publicações estavam em inglês, 12% em português e 4% em francês.

Na Tabela 2 são apresentados os dados referentes aos estudos incluídos nesta revisão de escopo.

Tabela 2
Dados dos estudos.

Estudo	Autor(es)	País e ano	Estudo	Autor(es)	País e ano
E1	(Abulafia e Epstein, 2020)	Israel, 2020	E14	(Hamo & Idisis, 2017)	Israel, 2017
E2	(Aebi et al., 2015)	Suíça, 2015	E15	(Hershkowitz, 2014)	Israel, 2014
E3	(Anderson, 2015)	Austrália, 2015	E16	(Hu et al., 2017)	China, 2017
E4	(Arbanas et al., 2022)	Croácia, 2022	E17	(Levenson et al., 2015)	EUA, 2015
E5	(Brandão et al., 2019)	Brasil, 2019	E18	(Levenson et al., 2016)	EUA, 2016
E6	(Comartin et al., 2021)	EUA, 2021	E19	(Naidoo & Van Hout, 2021)	África do Sul, 2021
E7	(Costa et al., 2018)	Brasil, 2018	E20	(Rosa et al., 2020)	EUA, 2020
E8	(DeCou et al., 2015)	EUA, 2015	E21	(Sea & Beauregard, 2018)	Coréia, 2018
E9	(Dillien et al., 2020)	Bélgica, 2020	E22	(Seto et al., 2015)	Canadá, 2015
E10	(Falkenbach et al., 2019)	EUA, 2019	E23	(Sigre-Leirós et al., 2015)	Portugal, 2015
E11	(Ferraz et al., 2023)	Brasil, 2023	E24	(Teixeira et al., 2020)	Brasil, 2020
E12	(Gerwinn et al., 2018)	Alemanha, 2018	E25	(Widom & Massey, 2015)	EUA, 2015

Fonte: Os autores.

A extração de dados dos artigos escolhidos para esta Revisão de Escopo (RE) foi sistematizada em 3 categorias: (1) características pessoais do agressor, (2) sobre o ato do abuso e (3) sobre os contextos do agressor. Para cada categoria se definiram algumas subcategorias que ressaltam características e aspectos importantes de cada categoria.

Na Tabela 3 são representados os 25 artigos analisados relacionados apenas à categoria sobre os Contextos do agressor, suas subcategorias, e em quais artigos são encontrados.

Tabela 3

Categorização das características e elementos encontrados na pesquisa.

Categorização	Subcategorias	Estudos
Contextos do agressor	Contextos e antecedentes familiares	Hershkowitz (2014); Anderson (2015); DeCou et al. (2015); Levenson, Willis e Prescott (2015); Seto et al. (2015); Sigre-Leirós, Carvalho e Nobre (2015); Widom e Massey (2015); Hadi, Linkowski e Leistedt (2016); Levenson, Willis e Prescott (2016); Costa, Rocha e Cavalcante (2018); Gerwinn et al. (2018); Sea e Beauregard (2018); Abulafia e Epstein (2020); Rosa, Fox e Jennings, (2020); Teixeira, Resende e Perissinotto (2020); Comartin et al. (2021); Naidoo e Van Hout (2021); Arbanas, Marinovic e Buzina (2022); Ferraz, Cavalcante e Veloso (2023)
	Contextos educacionais e socioeconômicos	Hershkowitz, (2014); Aebi et al. (2015); Anderson (2015); DeCou et al. (2015); Levenson, Willis e Prescott (2015); Seto et al. (2015); Sigre-Leirós, Carvalho e Nobre (2015); Hadi, Linkowski e Leistedt (2016); Costa, Rocha e Cavalcante (2018); Gerwinn et al. (2018); Falkenbach et al. (2019); Abulafia e Epstein (2020); Rosa, Fox e Jennings (2020); Teixeira, Resende e Perissinotto (2020); Naidoo e Van Hout (2021); Arbanas, Marinovic e Buzina (2022); Ferraz, Cavalcante e Veloso (2023)
	Contextos culturais	Arbanas, Marinovic e Buzina (2022)
	Contextos Religiosos	Anderson (2015); Hamo e Idísis (2017); Falkenbach et al. (2019)

Fonte: Os Autores.

4. Contextos do agressor

Apesar da pesquisa ter abrangido outras características que podem influenciar o perfil do agressor sexual infantil, neste artigo analisaremos somente a categoria relacionada ao Contexto do agressor com as suas 4 subcategorias: Contextos e antecedentes familiares; Contextos educacionais e socioeconômicos; Contextos culturais; Contextos Religiosos.

A propensão para cometer abusos contra crianças é uma característica intrínseca e pessoal, desvinculada da imagem que a pessoa projeta na sociedade (Becerra García, 2009; Cantor et al., 2004; Schiffer et al., 2007). Muitos perpetradores de violência sexual contra crianças mantêm uma imagem social respeitável agindo de maneira a não levantar suspeitas e demonstram comportamento afável e generoso. Costumam ter emprego estável, família e podem ser membros religiosos respeitados na comunidade. Esse comportamento aparentemente irrepreensível facilita o ganho de confiança da família e o acesso à vítima.

Os estudos incluídos nesta RE de uma maneira ou de outra abordaram o contexto do agressor sexual infantil e reportaremos aqui os principais achados tentando separá-los em subcategorias para ser de melhor explicação e entendimento.

4.1 Contextos e antecedentes familiares

Dos estudos reportados nesta RE extraímos algumas características que demonstram que o contexto familiar, as relações, a dinâmica familiar e a exposição à violência doméstica no qual esteve

imerso o agressor sexual na sua infância exerce uma influência significativa no comportamento agressivo adulto. Para melhor compreensão colocamos na figura 2 os termos que colhemos sobre este aspecto na RE e em seguida dissertaremos de modo geral como foram abordados nos estudos.

Figura 2

Contextos e antecedentes familiares.



Fonte: Os Autores.

Dos vários estudos resultam que os agressores têm um histórico de abuso e negligência na infância, sofreram adversidades significativas durante a infância incluindo abuso físico, abuso sexual e negligência emocional. Cresceram em lares com forte disfunção e instabilidade caracterizados por violência doméstica, famílias desorganizadas e agressivas (Arbanas et al., 2022; Comartin et al., 2021; DeCou et al., 2015; Ferraz et al., 2023; Hadi et al., 2016; Levenson et al., 2016)

Em estudos desta RE os agressores relataram terem sido abusados sexualmente na infância, frequentemente por membros da família ou conhecidos, aprendendo assim a internalizar comportamentos violentos, criando um ciclo de abuso que transpassa várias gerações (Abulafia & Epstein, 2020; Arbanas et al., 2022; Comartin et al., 2021; DeCou et al., 2015; Ferraz et al., 2023; Hadi et al., 2016; Levenson et al., 2015, 2016; Naidoo & Van Hout, 2021; Sea & Beauregard, 2018; Seto et al., 2015; Sigre-Leirós et al., 2015; Teixeira et al., 2020; Widom & Massey, 2015).

No estudo de Costa et al. (2018) foi observada uma prevalência significativa de vínculos familiares ou conhecidos entre o agressor e a vítima, onde 85,14% dos agressores possuíam algum tipo de relação pré-existente com a vítima. Isso inclui relações familiares, diretas como pais e padrastos, bem como conhecidos e outros membros da comunidade. Os resultados do estudo conduzido por Abulafia e Epstein (2020) indicam que aqueles agressores que sofreram abuso sexual na infância eram significativamente mais propenso a ter níveis mais elevados de interesse pedófilo e níveis mais elevados de *modus operandi* impessoal e predatório em relação às suas vítimas.

Um estudo conduzido por Gerwinn et al. (2018) na Alemanha reportou que os agressores sexuais tinham maior probabilidade de ter pais com histórico psiquiátrico em comparação com os do grupo de controle. Além disso a prevalência de antecedentes criminais foi significativamente mais alta entre os pais dos agressores sexuais, sugerindo um ambiente familiar potencialmente problemático ou desestruturado.

Estudo de Arbanas (2022) que compara agressores sexuais com vítimas infantis versus aqueles com vítimas adultas resulta que agressores com vítimas infantis frequentemente experimentaram abuso sexual na infância. Há uma presença notável de disfunção familiar em seus antecedentes, que

inclui taxas mais altas de serem criados em ambientes desorganizados ou semelhantes a instituições.

Estudos sobre experiências adversas na infância de agressores sexuais femininos e masculinos conduzidos por Levenson et al. (2015, 2016) e por Ferraz et al. (2023) concordam nos resultados trazendo que agressores sexuais infantis de ambos os性os foram criados em ambientes familiares caóticos, com adultos incapazes de protegê-los. Muitos tiveram casos de violência doméstica, divórcio e a presença de membros da família com abuso de substâncias, doenças mentais ou encarceramento.

Estudos revelam também que os agressores sexuais têm maior probabilidade de ter pais com histórico psiquiátrico. Muitos descreveram ter vivido com alguém que sofria de depressão, doença mental, ou que tentou suicídio. Cresceram em lares caracterizados por violência doméstica, abuso de substâncias pelos pais, e divórcios frequentes, além de terem testemunhado violência doméstica contra a mãe ou madrasta, incluindo atos físicos violentos (Gerwinn et al., 2018; Levenson et al., 2016; Naidoo & Van Hout, 2021; Rosa et al., 2020).

Alguns agressores tiveram uma supervisão esporádica ou inadequada por parte dos pais que eram emocionalmente abusivos, permissivos sexualmente ou ausentes (Naidoo & Van Hout, 2021; Rosa et al., 2020).

Já o estudo de Anderson (2015) com clérigos ofensores sexuais, destaca que muitos ofensores apresentam um histórico de regulação rígida da sexualidade em suas famílias. Relacionamentos problemáticos com figuras paternas e uma relação especial com a mãe são frequentemente notados, indicando problemas de desenvolvimento psicossocial precoce. A identidade sacerdotal envolve o papel de líder espiritual, mediador entre o divino e a comunidade, e detentor de uma posição de autoridade moral. Esse papel é frequentemente idealizado e carrega grandes expectativas de pureza, disciplina e sacrifício. A identidade pessoal, por outro lado, inclui as experiências individuais, inclinações, emoções, desejos e fragilidades humanas de cada indivíduo. Quando esses dois aspectos da identidade não estão equilibrados ou integrados, o clérigo pode começar a ver a si mesmo exclusivamente através da lente do sacerdócio, negligenciando aspectos pessoais e emocionais que necessitam de atenção e desenvolvimento saudável. Portanto os ofensores do Clero muitas vezes têm dificuldade em dissociar sua identidade sacerdotal de sua identidade pessoal, o que pode levar a distorções cognitivas e uma compreensão prejudicada das consequências de seus atos. Essas distorções surgem quando o clérigo interpreta suas ações de forma que minimize sua gravidade ou impacto. Por exemplo, ele pode justificar atos inadequados com base em uma compreensão distorcida de poder, autoridade ou necessidade de cuidar do outro, sem perceber plenamente os danos causados. A dificuldade em integrar o papel de sacerdote com as realidades humanas pode levar à negação de impulsos ou conflitos internos, resultando em comportamentos compensatórios e prejudiciais.

Hadi et al. (2016), em um estudo retrospectivo sobre a infância de perpetradores de crimes sexuais, descobriram que os agressores sexuais apresentavam uma frequência 9,8 vezes maior de traumas, como abuso sexual, e 3,1 vezes maior de abuso físico, em comparação com o grupo controle. No entanto, ter sofrido violência na infância, por si só, não é considerado um fator de risco. Nos pacientes estudados, foram identificados três fatores necessários: uma dinâmica familiar patológica, distúrbios de controle dos impulsos e um déficit de empatia.

O artigo de Hershkowitz (2014) investigou fatores que podem moderar o início precoce de comportamentos sexualmente intrusivos em meninos vítimas de abuso sexual infantil. Sobre a estrutura familiar resultou que os agressores tinham menor probabilidade de ter ambos os pais biológicos presentes. Maior probabilidade de viver apenas com um dos pais biológicos, com ou sem um parceiro.

Sobre as condições de residência, no estudo de Teixeira et al. (2020), agressores apresentavam maior probabilidade de terem sido removidos da casa dos pais para outra residência, como instituições ou lares adotivos e em alguns casos, foram expulsos de casa antes dos 16 anos.

4.2 Contextos educacionais e socioeconômicos

Sobre o contexto educacional, foi observado que agressores sexuais frequentemente têm um nível de escolaridade mais baixo, o que pode estar associado a oportunidades limitadas para o desenvolvimento socioeconômico adequado e a incapacidade de formar relações sociais saudáveis. Além disso, a falta de educação pode influenciar a capacidade de gerenciamento de impulsos, limitar a compreensão das normas sociais e legais, aumentando o risco de comportamentos desviantes (Abulafia & Epstein, 2020; Arbanas et al., 2022; DeCou et al., 2015; Ferraz et al., 2023; Gerwinn et al., 2018; Hadi et al., 2016; Naidoo & Van Hout, 2021; Rosa et al., 2020; Sigre-Leirós et al., 2015).

O estudo de Naidoo e Van Hout (2021), conduzido na África do Sul, inclui que, além de baixo desempenho escolar e dificuldades de aprendizagem, alguns participantes relataram que sua trajetória educacional foi agravada por episódios de abusos ocorridos no ambiente escolar, envolvendo educadores ou colegas.

Hadi et al. (2016) sugerem que a baixa escolaridade e as dificuldades de aprendizagem podem estar associadas a transtornos comportamentais manifestados durante a infância e a adolescência, os quais impactam características na capacidade de adaptação e sucesso em contextos educacionais estruturados.

Já o estudo de Aebi et al. (2015), realizado na Suíça com jovens estudantes, mostrou uma associação entre o menor nível educacional dos pais e uma maior probabilidade de comportamentos sexuais coercitivos por parte dos filhos.

Sobre a situação socioeconômica, existem divergências entre alguns estudos no que se refere à situação socioeconômica dos agressores sexuais. Em alguns estudos se verificou que os agressores sexuais infantis pertenciam a classes socioeconômicas mais baixas, com taxa de desemprego e trabalhos de baixa qualificação e remuneração. A falta de recursos e suporte social pode exacerbar os padrões de comportamento mal adaptativos adotados desde cedo, além de refletir limitações no acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Estes estudos ainda indicam que agressores sexuais apresentam maior *status* de imigração, maior probabilidade de ser de uma família que imigrou de outro País (Arbanas et al., 2022; DeCou et al., 2015; Ferraz et al., 2023; Gerwinn et al., 2018; Hadi et al., 2016; Hershkowitz, 2014; Levenson et al., 2015; Sigre-Leirós et al., 2015; Teixeira et al., 2020).

Contudo, alguns estudos apresentam resultados divergentes em relação ao *status* econômico e ao histórico ocupacional dos agressores. Por exemplo, Abulafia e Epstein (2020) identificaram que cerca de 59,4% dos agressores possuíam um histórico ocupacional estável, indicando que mais da metade mantinha algum tipo de emprego regular ou consistente ao longo do tempo.

O estudo de Naidoo e Van Hout (2021) que além de agressores sexuais com crianças analisou agressores envolvidos com crimes de prostituição com menores, relata que esses tendem a ter empregos estáveis, com uma representação significativa de funcionários governamentais. Os agressores sexuais neste estudo parecem ter um nível de educação mais elevado do que a média populacional. Isso é particularmente notável entre os envolvidos em prostituição de menores, onde todos possuíam uma boa educação formal. Este dado desafia a ideia de que o baixo nível educacional, o fato de serem desempregados ou terem um *status* socioeconômico baixo está diretamente associado à perpetração de crimes sexuais.

Encontramos também características de *status* econômico e educacional diferentes em alguns estudos com um público e contextos específicos: agressores intrafamiliares (Costa et al., 2018; Seto et al., 2015), agressores que trabalham com crianças (Falkenbach et al., 2019) e agressores do clero católico (Anderson, 2015).

Os estudos de Costa et al. (2018) e Seto et al. (2015) encontraram diferenciação na escolaridade e taxas de desemprego dos acusados de agressão sexual dependendo do contexto em que a agressão ocorre. Para os acusados de agressão no contexto intrafamiliar, predomina a categoria de baixa escolaridade apesar de terem pontuações mais altas em testes de inteligência e taxas menores de desemprego. Já no contexto extrafamiliar, a maioria dos acusados possui alta escolaridade e taxas de desemprego mais elevadas.

O estudo de Falkenbach et al. (2019) compara infratores que trabalham com crianças a outros agressores sexuais e sugere que aqueles que trabalham com crianças apresentam diferentes níveis de risco e oportunidade de abuso. Além disso, esses infratores tendem a ter um nível de educação mais elevado e uma renda maior antes de serem presos, em comparação com outros grupos de agressores. Esses agressores geralmente ocupam empregos que requerem um mínimo de ensino médio, e alguns cargos, como professores e pediatras, exigem graus avançados. Esses agressores são significativamente mais bem educados do que agressores intrafamiliares e extrafamiliares. A educação elevada pode ser um indicativo de maior estabilidade no estilo de vida, o que corrobora com a obtenção de empregos que oferecem acesso regular a crianças.

O estudo de Anderson (2015) sobre clérigos agressores sexuais infantis aponta que os agressores do clero são altamente educados, diferenciando-se assim neste aspecto dos delinquentes não pertencentes ao clero. A alta escolaridade desses agressores sugere um contraste com outros grupos de agressores sexuais, enfatizando a importância de considerar as particularidades educacionais e a formação única desses indivíduos ao analisar suas ações e o processo de socialização que passaram.

4.3 Contextos Culturais

Diversos fatores culturais podem influenciar o comportamento de agressores sexuais de crianças. Um desses fatores é a forma como a sociedade encara e aborda a sexualidade. Sabe-se que o tabu existente nas várias culturas sobre sexualidade pode dificultar discussões abertas sobre o tema, criando um ambiente onde agressores podem se sentir encorajados e menos susceptíveis à punição. Esses tabus estão diretamente relacionados à cultura do silêncio e da vergonha que contribuem para a perpetuação do abuso, já que as vítimas podem se sentir constrangidas a denunciar os agressores. Outro fator cultural relevante é a presença de estereótipos de gênero, que podem contribuir para a justificação e normalização do abuso sexual infantil. A cultura também pode influenciar no acesso à informação e à educação sexual, dificultando a compreensão dos agressores sobre limites e consentimento em relações com crianças. Assim, é crucial analisar e compreender esses fatores culturais para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e combate ao abuso sexual infantil.

O artigo de Anderson (2015) examina como fatores culturais afetam agressores sexuais no clero, destacando a cultura de sigilo na Igreja Católica que facilita a ocultação de abusos e desencoraja as vítimas de denunciá-los. A posição de autoridade do clero pode ser explorada para ganhar a confiança das vítimas e intimidá-las a não relatar os abusos. Contudo sabemos que a cultura do sigilo vai mais além da Igreja Católica, essa prática permeia toda a sociedade. A estigmatização da homossexualidade também pode complicar a autopercepção da sexualidade do agressor. A falta de preparação adequada dos membros do clero para lidar com seus impulsos sexuais também é problemática. A resposta histórica da Igreja Católica aos casos de abuso, que

prioriza a proteção da instituição em detrimento das vítimas, perpetua uma cultura que favorece o abuso. Estes fatores interagem de maneiras complexas, afetando tanto o comportamento dos agressores quanto a resposta da comunidade e da instituição.

4.4 Contextos religiosos

Poucos estudos consideram a religiosidade como uma variável significativa em suas pesquisas, e essa tendência se mantém também nos estudos sobre o perfil de agressores sexuais de crianças. De fato, dos 25 artigos analisados nesta RE, somente 3 artigos abordaram o contexto religioso dos agressores. Essa omissão é preocupante, especialmente diante do crescente número de abusos e crimes cometidos por indivíduos que se identificam como religiosos ou frequentadores de ambientes religiosos.

A influência da religião na formação do agressor sexual de crianças é um tema complexo. Embora possa fornecer princípios morais e éticos que promovem um comportamento saudável, em alguns casos, crenças religiosas específicas podem contribuir para distorções na percepção do agressor sobre seus próprios atos. Alguns agressores distorcem ensinamentos religiosos para justificar ou racionalizar suas ações, atribuindo comportamentos pecaminosos ao livre-arbítrio, à permissividade divina ou à possibilidade de redenção através do arrependimento. Além disso, certas tradições religiosas podem reforçar normas de submissão e autoridade, criando um ambiente propício para manipulação e abuso de poder (Anderson, 2015; Hamo & Idisis, 2017).

Nossa revisão identificou três estudos sobre abuso institucional, um termo que Gallagher (2000) expandiu para incluir abusos em diversos contextos, além de internatos e lares de acolhimento. Esses estudos abordam abusos cometidos por profissionais em ambientes como escolas, clubes infantis e ambientes religiosos. Apesar de raros, esses casos têm grande relevância social e são motivo de preocupação entre líderes políticos, profissionais da área e o público em geral.

Os estudos analisados abrangem diferentes contextos: um sobre clérigos agressores (Anderson, 2015), que geralmente possuem alto nível de educação e iniciam os crimes no início de suas carreiras; outro sobre pedófilos na comunidade Haredi ultraortodoxa (Hamo & Idisis, 2017); e um terceiro sobre agressores sexuais infantis em ambientes de trabalho (Falkenbach et al., 2019). Cada pesquisa destaca características específicas dos agressores e evidencia como eles frequentemente valem de sua posição de autoridade, manipulando conceitos religiosos para justificar os abusos.

É crucial destacar que, embora a religião possa ser um fator que influencia a percepção e justificativa das ações do agressor, ela não é a causa direta do comportamento criminoso. No entanto, é lamentável que o controle social rígido dentro de algumas comunidades religiosas possa, paradoxalmente, criar um ambiente propício para o desenvolvimento de comportamentos desviantes e abusos sexuais, com supervisão inadequada.

5. Considerações finais

A presente revisão destaca a complexidade e diversidade de fatores que influenciam o comportamento dos agressores sexuais infantis, principalmente no que se refere aos contextos familiares, socioeconômicos, educacionais, culturais e religiosos. Os resultados evidenciam que um número significativo de agressores compartilha históricos de abuso e negligência na infância, crescidos em lares desestruturados marcados pela violência doméstica e disfunção familiar. A exposição a esses ambientes, conforme os estudos revisados, contribui para a internalização de comportamentos violentos, perpetuando o ciclo de abuso ao longo das gerações.

No que tange aos aspectos educacionais e socioeconômicos, observou-se uma tendência de baixa escolaridade e dificuldades no desenvolvimento socioeconômico entre os agressores, embora alguns estudos apresentem exceções, com agressores de níveis educacionais mais elevados, como aqueles que ocupam posições de autoridade ou trabalham com crianças. Essa diversidade ressalta a importância de não reduzir o comportamento agressivo a um único perfil socioeconômico ou educacional, mas sim considerar a multiplicidade de fatores que influenciam a trajetória desses indivíduos.

Além disso, os elementos culturais e religiosos desempenham papéis críticos na construção das narrativas e justificativas de comportamento desviante. As normas culturais que perpetuam o silêncio e o estigma sobre a sexualidade, bem como a autoridade religiosa, podem criar ambientes propícios para a perpetuação do abuso. A revisão sugere que, em alguns casos, crenças religiosas distorcidas são usadas como ferramentas para racionalizar e justificar os abusos, mas a religião, por si só, não pode ser considerada a causa direta do comportamento abusivo.

Assim, os resultados aqui apresentados reforçam a importância de uma abordagem multifacetada na prevenção e intervenção contra o abuso sexual infantil. A compreensão profunda dos diversos fatores que moldam o comportamento dos agressores pode proporcionar *insights* valiosos para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de combate a esse problema, que englobem desde a educação, até o suporte familiar e a integração social, passando por uma abordagem sensível à cultura e à religião.

Referências

- Abulafia, J., & Epstein, R. (2020). Impersonal and Predatory Relations With Child Victims of Sexual Assault: Pedophilic Interest and Early Childhood Abuse. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 64(16), 1741–1756. <https://doi.org/10.1177/0306624X20928018>
- Aebi, M., Landolt, M. A., Mueller-Pfeiffer, C., Schnyder, U., Maier, T., & Mohler-Kuo, M. (2015). Testing the “Sexually Abused-Abuser Hypothesis” in Adolescents: A Population-Based Study. *Archives of Sexual Behavior*, 44(8), 2189–2199. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0440-x>
- Anderson, J. (2015). Comprehending and Rehabilitating Roman Catholic Clergy Offenders of Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24(7), 772–795.
<https://doi.org/10.1080/10538712.2015.1077367>
- Arbanas, G., Marinovic, P., & Buzina, N. (2022). Psychiatric and Forensic Characteristics of Sex Offenders With Child and With Adult Victims. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 66(12), 1195–1212. <https://doi.org/10.1177/0306624X20944673>
- Becerra García, J. A. (2009). Etiología de la pedofilia desde el neurodesarrollo: Marcadores y alteraciones cerebrales. *Revista de Psiquiatría y Salud Mental*, 2(4), 190–196. [https://doi.org/10.1016/S1888-9891\(09\)73237-9](https://doi.org/10.1016/S1888-9891(09)73237-9)
- Brandão, V. B. G., Martins, A. M. A., & dos Reis Marques, J. N. (2019). Violência sexual infanto juvenil: uma análise sobre o agressor. *Humanidades (Montes Claros)*, 8(2).
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon & R. M. Lerner, *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (5º ed, Vol. 1, p. 993–1028). John Wiley & Sons Inc.
- Cantor, J. M., Blanchard, R., Christensen, B. K., Dickey, R., Klassen, P. E., Beckstead, A. L., Blak, T., & Kuban, M. E. (2004). Intelligence, memory, and handedness in pedophilia. *Neuropsychology*, 18(1), 3–14. <https://doi.org/10.1037/0894-4105.18.1.3>

- Cerqueira, D., & Bueno, S. (2024). *Atlas da Violência 2024*. FBSP.
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>
- Comartin, E. B., Burgess-Proctor, A., Kubiak, S., Bender, K. A., & Kernsmith, P. (2021). Comparing Women's and Men's Sexual Offending Using a Statewide Incarcerated Sample: A Two-Study Design. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(7–8), 3093–3116. <https://doi.org/10.1177/0886260518772110>
- Costa, L. P., Rocha, C. J. B., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. *Temas em Psicologia*, 26(1), 283–295. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt>
- Custódio, A. V., & de Lima, R. P. (2023). O contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, 11(2), 48-72.
- DeCou, C. R., Cole, T. T., Rowland, S. E., Kaplan, S. P., & Lynch, S. M. (2015). An Ecological Process Model of Female Sex Offending: The Role of Victimization, Psychological Distress, and Life Stressors. *Sexual Abuse*, 27(3), 302–323. <https://doi.org/10.1177/1079063214556359>
- Dillien, T., Goethals, K., Sabbe, B., & Brazil, I. A. (2020). Impairment of Both Reward and Punishment Learning in Males Who Have Sexually Offended Against a Child. *Sexual Abuse*, 32(8), 931–957. <https://doi.org/10.1177/1079063219871579>
- Falkenbach, D. M., Foehse, A., Jeglic, E., Calkins, C., & Raymaekers, L. (2019). Sexual Abuse Within Employment Settings: A Comparison of Work-Related, Intra- and Extra-Familial Child Molesters. *Sexual Abuse*, 31(5), 524–542. <https://doi.org/10.1177/1079063217708202>
- Ferraz, M. D. M. P., Cavalcante, L. I. C., & Veloso, M. M. X. (2023). Adverse Childhood Experiences: A study addressing the Perpetrators of sexual violence. *Psicologia - Teoria e Prática*, 25(3). <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPSP15116.en>
- Filla Rosaneli, C., Alves Da Rocha, R. C., & Sanches, M. A. (2022). A cultura da violência sexual na infância: Vulnerabilidades programática e moral. *Revista Inclusiones*, 9(3), 78–100. <https://doi.org/10.58210/fprc3368>
- Finkelhor, D. (2019). Child sexual abuse: Challenges facing child protection and mental health professionals. In *Childhood and trauma* (pp. 101-116). Routledge.
- Gallagher, B. (2000). The extent and nature of known cases of institutional child sexual abuse. *The British Journal of Social Work*, 30(6), 795–817. <https://doi.org/10.1093/bjsw/30.6.795>
- Gerwinn, H., Weiβ, S., Tenbergen, G., Amelung, T., Födisch, C., Pohl, A., Massau, C., Kneer, J., Mohnke, S., Kärgel, C., Wittfoth, M., Jung, S., Drumkova, K., Schiltz, K., Walter, M., Beier, K. M., Walter, H., Ponseti, J., Schiffer, B., & Kruger, T. H. C. (2018). Clinical characteristics associated with paedophilia and child sex offending – Differentiating sexual preference from offence status. *European Psychiatry*, 51, 74–85. <https://doi.org/10.1016/j.eurpsy.2018.02.002>
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 341–348. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>
- Hadi, G., Linkowski, P., & Leistedt, S. (2016). L'enfance chez les auteurs de crimes sexuels ; une étude rétrospective. *Rev Med Brux*, 37(3), 135–144.
- Hamo, G., & Idisis, Y. (2017). Pedophiles in the Ultra-Orthodox Haredi Sector in Israel: Thought Processes Regarding their Actions. *Journal of Child Sexual Abuse*, 26(4), 407–427. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1285841>
- Hershkowitz, I. (2014). Sexually Intrusive Behavior Among Alleged CSA Male Victims: A Prospective Study. *Sexual Abuse*, 26(3), 291–305. <https://doi.org/10.1177/1079063213486937>

- Hu, M., Liang, B., & Huang, S. (2017). Sex Offenses Against Minors in China: An Empirical Comparison. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 61(10), 1099–1124. <https://doi.org/10.1177/0306624X15616220>
- Levenson, J. S., Willis, G. M., & Prescott, D. S. (2015). Adverse Childhood Experiences in the Lives of Female Sex Offenders. *Sexual Abuse*, 27(3), 258–283. <https://doi.org/10.1177/1079063214544332>
- Levenson, J. S., Willis, G. M., & Prescott, D. S. (2016). Adverse Childhood Experiences in the Lives of Male Sex Offenders: Implications for Trauma-Informed Care. *Sexual Abuse*, 28(4), 340–359. <https://doi.org/10.1177/1079063214535819>
- Libório, R. M. C., & Castro, B. D. (2010). Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução*, 19.
- Minayo, M. C. de S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37579>
- Naidoo, L., & Van Hout, M. C. (2021). Child Sex Offender Mind-Set and Grooming Strategies: A Discourse Analysis of Sex Offender Narratives from South Africa. *Journal of Child Sexual Abuse*, 30(5), 616–635. <https://doi.org/10.1080/10538712.2021.1890296>
- ONU. (1959). Declaração dos Direitos da Criança. <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf>
- ONU. (2018). Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *AmbientalMENTEsustentable*, 25(1), 171–190. <https://doi.org/10.17979/ams.2018.25.1.4655>
- Rodrigues, C. A. B., & Schramm, F. R. (2022). Bioética de proteção: Fundamentos e perspectiva. *Revista Bioética*, 30, 355–365. <https://doi.org/10.1590/1983-80422022302531PT>
- Rosa, M., Fox, B., & Jennings, W. G. (2020). Do Developmental and Life-Course Theory Risk Factors Equally Predict Age of Onset Among Juvenile Sexual and Nonsexual Offenders? *Sexual Abuse*, 32(1), 55–78. <https://doi.org/10.1177/1079063218797714>
- Sarmento, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Em M. J. Sarmento & A. B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. (p. 9–34). Edições Asa. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/79714>
- Schiffer, B., Peschel, T., Paul, T., Gizewski, E., Forsting, M., Leygraf, N., Schedlowski, M., & Krueger, T. H. C. (2007). Structural brain abnormalities in the frontostriatal system and cerebellum in pedophilia. *Journal of Psychiatric Research*, 41(9), 753–762. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2006.06.003>
- Schramm, F. R. (2008). Bioética da Proteção: Ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. *Revista Bioética*, 16(1). https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/52
- Sea, J., & Beauregard, E. (2018). The Hebephiliac: Pedophile or Teleiophilic? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(9), 2507–2526. <https://doi.org/10.1177/0306624X17723627>
- Serafim, A., Saffi, F., Rigonatti, S., Casoy, I., & Barros, D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista De Psiquiatria Clinica*, 36. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832009000300004>
- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review*, 39, 42–57. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2015.04.001>

Sigre-Leirós, V., Carvalho, J., & Nobre, P. (2015). Cognitive schemas and sexual offending: Differences between rapists, pedophilic and nonpedophilic child molesters, and nonsexual offenders. *Child Abuse & Neglect*, 40, 81–92. <https://doi.org/10.1016/j.chabu.2014.10.003>

Teixeira, J. N. de S., Resende, A. C., & Perissinotto, R. (2020). Vitimização e Psicopatia em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. *Avaliação Psicológica*, 19(2), 123–131. <https://doi.org/10.15689/ap.2020.1902.02>

Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garrity, C., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467–473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

Widom, C. S., & Massey, C. (2015). A Prospective Examination of Whether Childhood Sexual Abuse Predicts Subsequent Sexual Offending. *JAMA Pediatrics*, 169(1), e143357. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2014.3357>

World Health Organization. (2020). *Global Status Report on Preventing Violence Against Children 2020*. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/332394/9789240004191-eng.pdf?sequence=1>